

TEORIA SOCIAL CRÍTICA: DO QUE SE TRATA?

Ivo Tonet*

1. Introdução

Costuma-se associar o termo teoria crítica à Escola de Frankfurt. Contudo, no presente texto, nosso objetivo não é discorrer sobre a teoria elaborada pelos autores que integraram essa corrente de pensamento. Pretendemos, isso sim, refletir sobre qual o significado, hoje, de uma teoria social que seja realmente crítica. Para isso, será necessário, antes de mais nada, clarificar o que entendemos por teoria social e por teoria crítica. Esses termos, muitas vezes utilizados indiscriminadamente, nada tem de óbvio. Por isso mesmo, faz-se necessário explicitar em que sentido os utilizaremos.

Não partiremos, contudo, de nenhuma definição abstrata. Nosso referencial será o processo histórico. Buscaremos, assim, compreender o sentido que esses termos – teoria social e crítica – foram adquirindo no interior do trajetória histórica. Procuraremos, então, responder a pergunta: o que caracteriza uma teoria social crítica? E, especialmente, o que caracteriza uma teoria social crítica nos dias de hoje?

2. Sentido geral

A indagação dos humanos a respeito de si mesmos vem de longa data. Seu tratamento mais sistematizado, porém, teve início, no mundo ocidental, com a filosofia grega quando, rompendo com as explicações mágicas, mitológicas e religiosas, os pensadores instauraram um modo de pensar caracterizado pela busca de explicações racionais. Esta forma de compreender a realidade social, que teve um caráter fortemente especulativo, prolongou-se, com formas muito diferentes, até o século XIX.

Contudo, a possibilidade de uma compreensão efetiva da realidade social estava vedada aos pensadores dessa fase da história da humanidade. A causa fundamental dessa impossibilidade residia na imaturidade do ser social. Dado o precário desenvolvimento das forças produtivas, a imbricação entre natureza e sociedade era de tal ordem que esta última não se distinguia claramente da primeira. A dependência da sociedade em relação à natureza era tão intensa que a história humana parecia regida por forças completamente alheias ao controle humano.

Esta situação modificou-se substancialmente com a Revolução Industrial, acontecida entre 1760 e 1830 e com a Revolução Francesa. Tendo como “sujeito”

fundamental a lógica de acumulação do capital, a primeira foi uma explosão da capacidade humana de produzir riqueza o que, naturalmente, implicava um amplo e profundo domínio, tanto teórico quanto prático, da natureza. Além disso, a nova forma da sociabilidade, que estava sendo gestada no interior do modo de produção feudal, pelo menos desde o século XII, teve, quando plenamente desenvolvida, como ato fundante o trabalho assalariado. Ao contrário do trabalho escravo e do trabalho servil, o trabalho assalariado não deixava dúvidas sobre o seu caráter puramente social. Ser trabalhador assalariado ou ser capitalista não é, de modo nenhum, uma determinação natural, mas resulta claramente de uma relação social. Deste modo, toda a realidade social que vai sendo construída a partir deste ato fundante tem, em princípio, um caráter puramente social.

A Revolução Francesa, por sua vez, expressou, do ponto de vista prático, o fato de que a história humana é feita pelos próprios homens e não regida por poderes naturais ou sobrenaturais.

Juntamente com a Revolução Francesa, a Revolução Industrial foi o momento em que a realidade social atingiu a sua plena maturidade, isto é, se tornou claramente distinta da natureza. Foi esta maturidade que permitiu que a realidade social fosse compreendida em sua natureza própria. É neste momento que nasce a teoria social propriamente dita. Como diz José Paulo Netto (1985, p. 16-17):

Uma compreensão teórica rigorosa da sociedade só é possível à medida que o ser social pode aparecer aos homens como algo específico, isto é, como uma realidade que, necessariamente ligada à natureza (ao ser orgânico e inorgânico), tem estrutura, dinâmica e regularidades próprias. (...) Ora, é somente quando se instaura a sociedade burguesa que o ser social pode surgir à consciência humana como um ser que, condicionado pela natureza, é diferente dela. (...) Na sociedade burguesa, o processo social – ao contrário das sociedades precedentes – tem características tais que os homens podem percebê-lo como fruto de suas ações e desempenhos. Em síntese: é na sociedade burguesa que os homens podem compreender-se como atores e autores da sua própria história.

3. Teoria social propriamente dita

É, pois a partir da revolução Industrial e da Revolução Francesa que a realidade social pode ser compreendida como resultado da atividade dos próprios homens e não de forças externas ao mundo humano. Contudo, a forma específica sob a qual o ser social atinge a sua maturidade marcará, decisiva e contraditoriamente, o processo de compreensão dessa realidade.

O nascimento da teoria social propriamente dita é marcado por uma profunda contradição. A sociedade burguesa, pela sua própria natureza, de um lado possibilita e, de outro, põe obstáculos, à compreensão da realidade social como plenamente social, isto é, como resultado exclusivo dos atos humanos. Deste modo, a sociedade burguesa põe a possibilidade de

serem trilhados dois caminhos na produção do conhecimento científico. O primeiro, que leva a uma compreensão, de alguma forma, manipulatória da realidade social. O segundo, que leva a uma compreensão radicalmente crítica dessa mesma realidade

O primeiro caminho estava fundado em alguns fatos relativos à própria natureza da sociedade burguesa. Quais são esses fatos e por que eles se tornam um obstáculo à plena compreensão da realidade social?

Na esteira de Marx, entendemos que a dimensão fundante da sociedade burguesa (capitalista) é o trabalho assalariado. É a partir dele que surgem a mais-valia, o valor de troca, o capital, a mercadoria e todas as outras categorias que perfazem essa sociedade. Esta nova forma de produção da riqueza, que tem como núcleo fundamental a mercadoria e cuja maturidade foi alcançada com a Revolução Industrial, leva à mistificação da realidade social.

A produção de mercadorias, por sua própria natureza, implica uma dualidade: de um lado, ela se apresenta como uma transação realizada entre iguais. Iguais, de um lado, porque são livres, porque são proprietários (de força de trabalho ou de capital) e porque trocam entre si equivalentes. De outro lado, esse mesmo ato implica uma desigualdade, porque o que é pago ao trabalhador é apenas o valor da sua força de trabalho e não de tudo o que ele produz. Logo, nem a igualdade, nem a liberdade e nem a propriedade são igualmente iguais. Aí reside a exploração do capital sobre o trabalho. Mas, essa exploração não aparece à primeira vista. Além disso, a produção de mercadorias implica a subordinação do valor de uso ao valor de troca. O valor de troca, por sua vez, faz com que os diversos trabalhos específicos que produzem as mercadorias só apareçam como relacionados quando estas são levadas ao mercado. No mercado, cada um dos produtos se vê despido das suas qualidades específicas para aparecer apenas como portador de uma determinada quantidade de tempo de trabalho. Deste modo, todo o processo produção e de compra e venda de mercadorias aparece como sendo uma relação entre as próprias mercadorias e é regulado por leis que independem da vontade dos seus produtores.

Esta subordinação oculta o caráter social das mercadorias, fazendo com que elas assumam qualidades que são específicas dos seres humanos. O ato que funda a sociedade burguesa, portanto, implica uma mistificação. A produção de mercadorias faz com que estas apareçam como os verdadeiros sujeitos sociais ao passo que os homens se tornam meros suportes delas.

Ora, a sociedade burguesa só pode reproduzir-se sob essa forma que articula igualdade formal (aparente) e desigualdade real (não aparente). Como essa transação entre capitalistas e trabalhadores tem como pressuposto que todos os indivíduos são originalmente iguais, a desigualdade social não aparece como resultado da natureza íntima do ato do trabalho, mas como fruto das ações de cada indivíduo. Deste modo, a raiz da desigualdade social é ocultada e essa forma de sociabilidade é aceita como a melhor possível porque de acordo com o que é considerado a

verdadeira natureza humana. Assim, todas as categorias dessa sociedade são naturalizadas. Capital, trabalho assalariado, mercado, mercadoria, dinheiro, etc. tudo isso é considerado como natural.

É este segundo caminho que será trilhado, com inúmeras ramificações, pela teoria social burguesa. A teoria social burguesa se ergue, portanto, sobre o pressuposto de que esta forma de sociabilidade está construída sobre o fundamento mais sólido possível, isto é, sobre a verdadeira natureza humana. Assim, todas aquelas categorias adquirem um caráter a-histórico. Deste modo, esta teoria toma o caminho de uma elaboração teórica que contribui para a reprodução da sociedade burguesa, ainda que faça críticas ao que considera deficiências e imperfeições e proponha melhorias e aperfeiçoamentos.

Por isso mesmo, a teoria social burguesa tem um caráter essencialmente conservador. Não necessariamente no sentido político, mas no sentido de pensar todos os fenômenos sociais no interior desta ordem social, sem visualizar a possibilidade de sua superação. Logo, esta teoria não pode, por sua natureza, ser uma teoria social radicalmente crítica. Suas críticas eram mais intensas quando se referiam à ordem social feudal, pois, neste caso, o objetivo era destruí-la em seus fundamentos. Ao contrário, essas críticas se tornam menos intensas quando se referem à própria ordem social burguesa, pois, neste caso se trata de aperfeiçoar e não de destruir.

Pela própria lógica do capital, quanto mais este avança, mais intensa se torna a mistificação que ele produz, pois mais o sistema social parece tornar-se impermeável à compreensão e à ação humanas. Como consequência, mais intenso e profundo, também, se torna o conservadorismo, quando não o reacionarismo da teoria social burguesa. O abandono, pelas ciências sociais atuais, de categorias fundamentais, como classes, luta de classes, exploração, socialismo, imperialismo, etc. bem como a negação da possibilidade de compreender a realidade social como totalidade e, portanto, de intervir para transformá-la integralmente, é uma clara demonstração desse caráter cada vez mais conservador assumido pela teoria social burguesa.

O objetivo fundamental da classe burguesa, quer ela tenha consciência ou não, é a apropriação privada da riqueza e, portanto, a exploração da classe trabalhadora. Toda a sociedade burguesa está organizada, teórica e praticamente, sem que isso implique uma intencionalidade explícita, no sentido de responder a esse interesse fundamental da burguesia.

O segundo caminho também estava fundado em vários fatos relativos à natureza da sociedade burguesa. Em primeiro lugar, no fato de que, com o amplo desenvolvimento das forças produtivas originado da Revolução Industrial, a humanidade adquiriu um tal domínio sobre a natureza que lhe permitiu colocá-la conscientemente a seu serviço. Este domínio permitiu à humanidade superar a profunda dependência em que ela se encontrava em face dos fenômenos da natureza e também produzir uma grande quantidade de bens materiais suficientes para, em princípio,

afastar a escassez que rondava a vida humana. Em segundo lugar, no fato de que a riqueza fundamental desta nova forma de sociabilidade não era representada pela terra, com escravos e/ou servos, mas pelo capital. A própria terra e os seres humanos foram transformados em mercadorias, em objetos de compra e venda. Ora, o capital, é um produto tipicamente social, pois é produto de determinadas relações humanas. Em terceiro lugar, no fato de que o ato fundante desta sociedade – o trabalho assalariado –, com todos os seus desdobramentos, é um ato puramente social. Em quarto lugar, na transformação revolucionária da própria sociedade, levada a cabo por forças puramente sociais. Ao contrário da passagem da comunidade primitiva ao escravismo e deste ao feudalismo, a transição do feudalismo ao capitalismo teve a participação de uma classe social – a burguesia – que conscientemente liderou o processo de crítica teórica e prática da sociedade feudal e a estruturação de uma nova forma de sociabilidade. Este conjunto de elementos imprime à realidade social um caráter radicalmente distinto daquele que marca a realidade natural. Tudo isto demarca a sociedade burguesa como uma obra puramente humana e estabelece a possibilidade de uma compreensão científica da realidade social.

Será do interesse da classe trabalhadora a busca pelo segundo caminho, que possibilitaria compreender a realidade social como resultado exclusivo da ação humana. Este é o caminho da produção de uma teoria social radicalmente crítica, isto é, que, partindo dos fundamentos da vida social apreende a possibilidade de uma transformação também radical. Crítica radical e transformação radical (revolução) são duas características incindíveis dessa teoria.

O objetivo fundamental da classe trabalhadora, também tenha ela consciência ou não dele, é a eliminação radical da propriedade privada e, portanto, de toda exploração do homem pelo homem. O objetivo fundamental, pois, da classe trabalhadora é transformar radicalmente o mundo social em sua totalidade, construindo uma forma de sociabilidade totalmente diferente. Para ela, não se trata, apenas, de aperfeiçoar e humanizar esta ordem social. Trata-se de erradicá-la, isto é, de mudá-la na sua totalidade, desde as suas raízes mais profundas. Seria, porém, esta uma possibilidade real ou apenas um desejo, uma aspiração, um horizonte ético digno de ser perseguido, mas nunca efetivamente alcançável?

Responder de modo positivo e fundamentar solidamente esta possibilidade é da máxima importância. Como se trata de luta de classes e não apenas de uma questão teórica, e como esta mudança revolucionária implicará a participação de setores de outras classes, a classe trabalhadora precisa de uma teoria que possa convencer a multidão dos explorados de que a superação da exploração é possível e de que permitirá construir uma forma de sociabilidade que beneficie a toda a humanidade e não apenas uma pequena parte dela. Por isso, o papel das ideias na luta social é de enorme importância.

A fundamentação sólida dessa possibilidade, por sua vez, implica a

demonstração de que a realidade social, inclusive a natureza humana mais essencial, é resultado exclusivo da ação humana. Se, como argumenta, a teoria burguesa, os homens são egoístas por natureza, então a história humana não é integralmente feita pelos próprios homens e a desigualdade social, que resulta da luta egoísta de todos contra todos, é insuperável. A eliminação da exploração e da desigualdade social só é possível se elas forem fenômenos puramente históricos e sociais. Mas, elas só serão fenômenos históricos e sociais se o próprio ser social, na sua totalidade, for integralmente histórico e social.

Além disso, também será preciso demonstrar que o ser social é uma totalidade, vale dizer, um conjunto de partes que tem sua origem identificável a partir de uma determinada matriz, articuladas entre si, reciprocamente determinadas, em permanente processo de transformação, permeado por mediações e contradições. Para a classe trabalhadora não se trata de mudar tal ou qual parte da realidade, mas de transformar o mundo todo. Ora, uma transformação radical e total da realidade social só será possível se esta for, de fato, uma totalidade, com uma determinada raiz identificável e não apenas um amontoado de partes aleatoriamente somadas.

Também é de fundamental importância demonstrar que a realidade social é uma unidade composta de essência e aparência, pois é a essência que garante a unidade e a permanência (sempre relativas), ou seja, garante que a realidade social não seja um amontoado de partes aleatoriamente conectadas e que, também não seja marcada pela mudança absoluta.

Tudo isso, implica a necessidade de começar pela reposta à questão: o que é o ser social, qual a sua origem, qual a sua natureza e quais as características essenciais que marcam a processualidade histórica? Como enfatiza K. Kosik (1976, p. 35):

O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? é sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade?

E por fim, ainda é necessário demonstrar como se articulam subjetividade e objetividade, consciência e realidade objetiva. Isto é importante porque, ao longo da história do pensamento ocidental vemos uma permanente oscilação ora para o lado da consciência (idealismo) ora para o lado da realidade objetiva (materialismo mecanicista). Ambos mencionavam uma parte importante, mas ambos ignoravam como se articulam esses dois momentos da realidade social. Deste modo, enfatizavam, unilateralmente, um ou outro. A correta apreensão dessa articulação, que respeitasse a específica natureza e a importância de cada um desses momentos era decisiva para uma intervenção adequada no processo de transformação social.

A resposta a essas questões implicava uma crítica das concepções dominantes acerca da origem do ser social e da sua natureza e da natureza da processualidade histórica. Implicava,

ao mesmo tempo, a construção, pelo menos em seus fundamentos, de uma concepção radicalmente nova de mundo. E, como as questões acima mencionadas são de tipo eminentemente filosófico, esta nova teoria social teria que começar por tomar a forma de uma ontologia do ser social, pois é da natureza da ontologia responder a esse tipo de perguntas.

Distinguindo-se, porém, da ontologia tradicional, de caráter metafísico, esta nova ontologia, sem deixar de ser ontologia, deveria ser marcada pela historicidade. A própria essência deveria ter um caráter histórico e social. Somente deste modo seria possível sustentar a radical historicidade e socialidade do ser social.

Por um conjunto de circunstâncias históricas, deu-se o encontro dessas demandas da classe trabalhadora com a figura genial de Marx. Foi ele a figura fundamental, mas de modo nenhum única, na construção dessa teoria que respondia aos interesses dessa classe.

Ao longo da sua trajetória, mas em poucos anos, Marx chegou à compreensão de que, ao contrário da concepção idealista, predominante, da história, que partia do céu, isto é, do mundo das ideias, para a terra, o mundo real, para apreender verdadeiramente a realidade social era preciso fazer o caminho inverso, isto é, partir da terra para o céu.

É em 1844, portanto, aos 26 anos, que Marx encontra o caminho que passaria a nortear toda a sua trajetória. Em visão retrospectiva, quando publicou a *Contribuição à crítica da economia política*, em 1859, Marx escreve (2008, p. 46-47):

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*, de Hegel. Trabalho cuja introdução apareceu nos *Anais franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações tem, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, (...). Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (...) O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para os meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que determina a sua consciência.

Estavam lançados, assim, os lineamentos fundamentais dessa nova teoria social, radicalmente crítica. É também nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, na obra *A ideologia alemã* e, mais tarde, em *O Capital*, que Marx aprofundará e ampliará essas ideias, identificando, claramente, o trabalho como a categoria matrizadora do ser social. De modo especial, nesta última obra explicitará,

claramente, a natureza da categoria do trabalho, afirmando (1975, p. 202):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

A identificação do trabalho como categoria criadora do ser social permite demonstrar a integral historicidade e socialidade deste ser. Tudo o que faz parte do ser social, isto é, tanto a realidade objetiva, quanto a realidade subjetiva, é resultado da atividade dos próprios homens. Deste modo, a própria natureza humana mais essencial também é resultado das relações que os homens estabelecem entre si. Entre estas relações, são as relações de trabalho aquelas que constituem, sempre, o fundamento de qualquer forma de sociabilidade e, portanto, o elemento fundamental na constituição da natureza humana.

Contudo, embora o trabalho seja a categoria fundante, ele nem é a única nem esgota a totalidade do ser social. A reprodução da realidade social exige o surgimento de inúmeras outras dimensões sociais, tais como linguagem, sociabilidade, educação, Direito, política, religião, arte, etc. Todas elas surgem a partir do trabalho, mas todas elas tem uma função diferente na reprodução do ser social.

Esta articulação de todas as categorias a partir da sua matriz fundante permite demonstrar que a realidade social não é uma soma aleatória de partes, mas uma totalidade real. Além disso, também permite demonstrar que a realidade social se compõe de essência e aparência, que é, ao mesmo tempo, una e múltipla, que implica a permanência a mudança, a continuidade e a ruptura.

A análise da categoria do trabalho também permitiu, pela primeira vez, compreender corretamente como se articulam subjetividade e objetividade, consciência e realidade objetiva. A constatação de que o o trabalho é uma síntese entre prévia-ideação (consciência) e realidade objetiva (natureza) permitiu perceber que a consciência não é uma emanção direta e nem secundária da matéria; que ela tem um papel ativo e real na transformação da realidade, tanto natural quanto social. No entanto, também permitiu perceber que o momento predominante nesse processo cabe à realidade objetiva. Foi isso que Marx constatou quando afirmou que não é a consciência que determina o ser social, mas o ser social que determina a consciência. Vale observar que a palavra determinar não tem, aqui, um sentido mecanicista, mas ontológico, ou seja, de que mesmo que a consciência tenha um papel ativo, o momento predominante, no processo social, cabe à realidade objetiva. Essa constatação permite, por sua vez, fundamentar a importância da consciência no processo de transformação revolucionária da sociedade., mas, ao mesmo tempo, afirmar claramente a necessidade de ela se subordinar à realidade objetiva, ou seja, de agir no interior do campo de possibilidades posto por esta

última.

Foram estes lineamentos básicos acerca da natureza da realidade social que nortearam todo o trabalho teórico de Marx e que lhe permitiram elaborar uma teoria social radicalmente crítica da ordem social burguesa. Deste modo, ele realizou o que ele mesmo tinha preconizado quando afirmou, na XI Tese ad Feuerbach: *Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, trata-se de transformá-lo.*

Compreender até o fim, isto é, compreender cada fenômeno como parte de uma totalidade, como momento de uma processualidade histórica e social; apreender, em cada fenômeno, a articulação entre essência e aparência, as mediações e contradições que permeiam toda a realidade social. Transformar até o fim, isto é, intervir, a partir dessa compreensão, de um modo que possa modificar até os seus fundamentos essa ordem social e construir uma outra forma de sociabilidade plenamente humana. Tal é o sentido de uma teoria social realmente crítica cujos fundamentos foram lançados por Marx respondendo, como vimos, às demandas da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PAULO NETTO, J. P. *O que é marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

_____, *O Capital*. Rio de Janeiro, 1975, L 1, v. 1.

_____, *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

_____, *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2008.

_____, *A ideologia alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

Maceió, novembro de 2012